



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CME DE TRAMANDAÍ EM 2025

Como presidente deste Conselho, apresento o relatório anual detalhando as principais frentes de trabalho, decisões normativas e conquistas do **Conselho Municipal de Educação (CME) de Tramandaí no ano de 2025**. O ano foi marcado por uma reestruturação histórica da legislação do órgão, avanços significativos na transparência digital e um acompanhamento rigoroso da rede pública e privada de ensino.

1. Fortalecimento Institucional e Reestruturação Legal e do Colegiado do CME

- **Nova Lei Municipal do CME:** Após 33 anos, foi aprovada e sancionada a **Lei Municipal nº 4.854/2025** (originada pelo Projeto de Lei nº 117/2025), que reestruturou o Conselho, modernizando suas competências e garantindo sua adequação aos marcos regulatórios nacionais, como a LDB e o PNE.
- **Reorganização Interna e Mandatos:** Com a nova lei, iniciou-se a reestruturação dos segmentos, incluindo a extinção do segmento de "Secretários de Escola" e a criação do assento para o **Conselho Tutelar**. Houve também a eleição de uma nova vice-presidência e a regularização das portarias de membros para o biênio.
- **Composição e Mesa Diretora:** O conselho oficializou a nomeação de novos membros e suplentes para diversos segmentos, incluindo SMED, professores municipais, estaduais e ensino superior. A Mesa Diretora encerra o ano composta por Susana Medeiros Cunha (Presidente), Michelle Morais Thiesen (Vice-Presidente) e Marco Aurélio Dannenberg Roldão (1º Secretário)
- **Infraestrutura Crítica e Desafios de Transporte:** Persistiu o grave problema da falta de sala própria, com o CME operando em condições precárias enquanto o Departamento de Esportes ocupava seu espaço no período de 01 a 11/2025. A presidência precisou utilizar recursos pessoais para manter as atividades, enfrentando infiltrações, mofo e falta de mobiliário adequado na sala ainda não totalmente liberada. Além disso, o Conselho registrou dificuldades logísticas recorrentes, uma vez que a disponibilidade de veículo esteve restrita a apenas dois dias por semana, por um período máximo de duas horas. Essa limitação comprometeu diretamente o ritmo das vistorias solicitadas pelo Ministério Público. Em diversas ocasiões, não houve qualquer disponibilidade de transporte para a realização das diligências requeridas, incluindo vistorias nas escolas e demais demandas do CME. Diante dessas situações, foram encaminhadas solicitações à SMED e ao Executivo, sem que houvesse solução. O Ministério Público também foi acionado para ciência da realidade enfrentada pelo CME, que persiste até o momento.

2. Atividade Normativa e Diretrizes Educacionais

O CME exerceu intensamente sua função normativa através da aprovação de resoluções e pareceres cruciais:

- **Restrição do Uso de Celulares:** Publicação da **Indicação nº 01/2025**, orientando as escolas sobre a restrição de dispositivos eletrônicos para fins não pedagógicos, visando melhorar a concentração e a saúde mental dos alunos.



- **Computação na Educação Básica:** Aprovação da **Resolução nº 04/2025**, que revisou prazos e diretrizes para a implementação gradual do pensamento computacional nas escolas, alinhada à BNCC.
- **Protocolo de Calamidades:** Em resposta aos eventos climáticos na região, foi aprovada a **Resolução nº 01/2025**, que estabelece o protocolo para a recuperação de aulas suspensas por motivos climáticos.
- **Diretrizes da EJA:** Instituição da **Resolução nº 02/2025**, estabelecendo as diretrizes operacionais para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, incluindo a inserção do componente curricular "Projeto de Vida".
- **Qualidade de Vida no Trabalho:** Aprovação da **Resolução nº 05/2025**, que dispõe sobre o bem-estar e a valorização dos profissionais da educação.
- **Calendário Municipal e Rede Privada:** O CME deliberou sobre o calendário escolar Municipal e EEI da Rede Privada Amaru e de 2026. Também foi autorizada a alteração de sábado letivo 2025 para a EMEI Mundo Encantado em virtude de seu aniversário de 30 anos.
- **Inovação na Avaliação:** O conselho solicitou a revisão do modelo de avaliação para os 3º, 4º e 5º anos, propondo a separação das notas do professor regente das aulas especializadas para maior clareza pedagógica.
- **Cumprimento CH anual:** Aprovação do **Parecer CME nº 01/2025** sobre a flexibilização de carga horária para atividades culturais.

3. Fiscalização e Supervisão do Sistema de Ensino

O Conselho realizou diversas diligências e vistorias, muitas em resposta a solicitações do Ministério Público:

- **Rede Municipal:** Vistorias na **EMEF Jorge Enéas Sperb** (falta de professores e excesso de alunos), **EMEI Amor Perfeito** (problemas estruturais graves/goteiras) e **EMEI Rosa dos Ventos** (câmeras de segurança, cozinha e quadro funcional).
- **Apoio Institucional:** O CME emitiu a **Recomendação nº 01/2025** contra o afastamento unilateral de servidores na EMEF Jorge Enéas Sperb, defendendo os princípios da gestão democrática.
- **Educação Inclusiva:** Acompanhamento de denúncias sobre carência de profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e verificação da quantidade de alunos em turmas de inclusão.
- **Superlotação e Inclusão:** Constatou-se que a maioria das escolas apresenta turmas acima do limite permitido pela **Resolução nº 001/2021**. Exemplos críticos incluem a **EMEF Cândido Osório da Rosa**, com 20% de alunos AEE, e a **EMEF Jorge Enéas Sperb**, com turmas de alfabetização superlotadas.
- **Recursos Humanos:** Identificou-se carência de auxiliares de turma e professores habilitados em componentes específicos nos anos finais, como História e Geografia. Por outro lado, vistorias na **EMEI Rosa dos Ventos** confirmaram quadro completo de professores e estoque regular de alimentos.



4. Gestão da Rede Privada de Educação Infantil

O CME intensificou o rigor na renovação das autorizações de funcionamento:

- **Esclarecimento de Competências e Redirecionamento ao Estado (CRE):** O conselho esclareceu que instituições privadas que desejam ofertar o **Ensino Fundamental** (como a Amaru, Balão Mágico e Espaço Kids) devem buscar credenciamento junto ao Sistema Estadual (CRE), pois o CME possui competência exclusiva para a Educação Infantil.
- **Revogação de Autorização de Funcionamento Anos Iniciais:** Foi revogada a autorização de funcionamento da Escola Amaru para oferta de turmas de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. A instituição foi encaminhada ao processo de credenciamento junto à CRE, contando com o apoio e acompanhamento do CME, que estabeleceu prazo para conclusão do processo. Assim, a autorização concedida em dezembro de 2024 para oferta de turmas do ensino fundamental fica automaticamente revogada, permanecendo sob competência do CME apenas as turmas de educação infantil, na qual a Escola optou por esse formato.
- **BNCC da Computação:** Foi prorrogado até setembro de 2025 o prazo para que as escolas privadas apresentem seus planos de ação para a implementação da computação na educação básica.
- **Notificação ao Contraturno Brilho do Saber:** No uso de suas atribuições e com base na **Resolução nº 02/2013**, o CME notificou oficialmente esta instituição sobre a obrigatoriedade de credenciamento para o atendimento de crianças. Foi estabelecido um prazo de **60 dias** para a regularização, sob pena de denúncia imediata ao Ministério Público.
- **Ações Corretivas:** Notificações e suspensão de novas matrículas em escolas com irregularidades documentais na **EEl João e Maria e EEl Picorruchos** devido à falta de documentos essenciais, como alvarás sanitários, de localização e de PPCI. Com a persistência da falta de documentação a EEl João e Maria teve suas atividades suspensas temporariamente a partir de dezembro de 2025.

5. Gestão de Crise e Reconsideração de Prazos (Caso João e Maria):

O conselho demonstrou equilíbrio entre o rigor normativo e a continuidade do atendimento aos alunos já matriculados:

- **Histórico de Irregularidade:** A **Escola João e Maria** encontra-se em situação irregular desde janeiro de 2025, devido a uma mudança de endereço realizada sem comunicação prévia ou regularização documental perante o conselho.
- **Suspensão e Reconsideração:** Após uma ordem inicial de suspensão temporária das atividades em 18/12/2025, a direção da escola apresentou protocolos de solicitação de alvarás e outros documentos pendentes. Diante disso, o CME decidiu **acatar o pedido de reconsideração**, prorrogando o prazo final para regularização total até o dia **09 de fevereiro de 2026**.
- **Manutenção de Restrições:** Apesar da prorrogação, a **suspensão de novas matrículas** permanece em vigor. A escola está autorizada exclusivamente a



realizar as rematrículas de alunos já pertencentes ao quadro, garantindo que o atendimento não seja interrompido abruptamente para as famílias já atendidas enquanto a escola busca os alvarás sanitário, de localização, laudos de acessibilidade e certificados como o da **Lei Lucas**.

- **Pendências Documentais Críticas:** O relatório reforça que o credenciamento completo exige não apenas alvarás, mas também a comprovação de **habilitação da direção**, termos de responsabilidade técnica em nutrição, contratos de trabalho de educadores especiais e a relação detalhada do corpo docente e auxiliar. O CME segue monitorando essas entregas para garantir a segurança e a qualidade pedagógica em todas as unidades.

6. Fiscalização e Ofícios emitidos

O CME manteve um canal de comunicação rigoroso e transparente com os órgãos de controle, especialmente com a **Promotoria de Justiça Regional de Educação de Osório**.

6.1. Ofícios Referentes à Rede Municipal e Legislação (LDB)

- **Ofício nº 13/2025:** Enviado ao Prefeito e à SMED em 17/02/2025, tratando da **inobservância da LDB** devido ao deslocamento de professores qualificados das turmas de 0 a 4 anos. **Ofício nº 14/2025:** Encaminhado à Promotoria Regional de Educação de Osório na mesma data, informando sobre o suposto retrocesso na qualidade do ensino infantil.
- **Ofício nº 136/2025:** Resposta ao MP informando a **inexistência de atos normativos locais** específicos sobre a instalação de câmeras em escolas

6.2. Ofícios de Vistorias em Escolas Municipais (Diligências do MP)

- **Ofício nº 44/2025 e nº 157/2025:** Relatórios de vistorias na **EMEF Jorge Enéas Sperb** sobre excedente de alunos, falta de auxiliares e professores sem habilitação específica em disciplinas como História e Língua Inglesa.
- **Ofício nº 55/2025:** Resposta sobre a **EMEF Marechal Castelo Branco**, tratando de planos de AEE e denúncias de insegurança.
- **Ofício nº 58/2025:** Relatório sobre problemas estruturais graves (goteiras e infiltrações) e mobiliário inadequado na **EMEI Amor Perfeito**.
- **Ofício nº 63/2025:** Documento abrangente com o diagnóstico de **todas as escolas da rede municipal** quanto ao número de alunos por turma e inclusão.
- **Ofício nº 159/2025, nº 160/2025 e nº 164/2025:** Conjunto de respostas sobre a **EMEI Rosa dos Ventos**, abordando desde o quadro de funcionários e alimentação até o uso de câmeras de monitoramento e a falta de auxiliar de limpeza.
- **Ofício nº 172/2025:** Relatório detalhado sobre a equipe de apoio à **alimentação escolar** em diversas unidades (Sonho de Criança, Mundo Encantado, Amor Perfeito, entre outras).



6.2.1. Diagnóstico da Rede Municipal de Ensino Fundamental (EMEFs)

A vistoria em toda a rede municipal revelou desafios estruturais e pedagógicos recorrentes:

- **Superlotação e Turmas de Inclusão:** Constatou-se que a maioria das escolas opera com turmas acima do limite estabelecido pela **Resolução nº 001/2021**. Na **EMEF Cândido Osório da Rosa**, 20% dos 568 alunos são público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com turmas de 1º ano enfrentando dificuldades críticas devido ao suporte avançado (Nível III) exigido pelos alunos.
- **Déficit de Auxiliares de Turma:** A carência de profissionais de apoio é generalizada. Faltam auxiliares em escolas como **EMEF General Luiz Dêntice** (8 profissionais em falta), **EMEF São Francisco de Assis** (9 profissionais em falta) e **EMEF Marechal Castelo Branco**.
- **Irregularidades no Quadro Docente:** Na **EMEF Jorge Enéas Sperb**, vistorias identificaram que componentes curriculares como Língua Inglesa, Educação Física e Ensino Religioso estavam sendo ministrados por pedagogos sem a habilitação específica exigida, devido a exonerações e falta de profissionais concursados. Em outras unidades, como a **EMEF Indianópolis**, turmas ficaram meses sem professor de Geografia.

6.3. Ofícios sobre a Regulação e Monitoramento da Rede Privada

O CME intensificou a fiscalização documental e física nas instituições particulares:

- **EEI Picorruchos:** Vistoria realizada para verificar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente ao AEE. Foi constatada a adequação da sala de recursos, mas a escola recebeu um prazo improrrogável até janeiro de 2026 para apresentar alvarás sanitários e de funcionamento. **Ofício nº 35/2025:** Relatório sobre o cumprimento de TAC pela **EEI Picorruchos** quanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Ofício nº 174/2025:** Informa sobre a deliberação do CME em conceder prazo improrrogável até janeiro de 2026 para a **EEI Picorruchos** apresentar alvarás.
- **EEI João e Maria:** Identificada situação de **irregularidade grave** após mudança de endereço sem autorização. O conselho deliberou pela suspensão temporária das atividades e de novas matrículas, concedendo prazo até fevereiro de 2026 para a regularização total sob pena de descredenciamento. **Ofício nº 158/2025, nº 171/2025 e nº 182/2025:** Sucessivos comunicados ao MP sobre a situação de **irregularidade da EEI João e Maria**, tratando de mudança de endereço, acessibilidade e os prazos para descredenciamento ou regularização.

7. Mobilização Social e Gestão Democrática

- **Fórum Municipal de Educação (FME):** O CME liderou o processo de reativação do FME, coordenando a escolha de novos representantes e organizando a discussão para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2024-2034.
- **Plano Municipal de Educação (PME):** Iniciou o processo de reativação do Fórum Municipal de Educação (FME), com o objetivo de avaliar as metas estabelecidas



para o decênio 2014–2024 e elaborar o novo plano referente ao período de 2024–2034. Para garantir alinhamento ao cronograma nacional, foi solicitada a prorrogação da vigência do PME. O Executivo recebeu a solicitação e aprovou, por meio da **Lei Ordinária nº 4.852/2025**, a **prorrogação do Plano Municipal de Educação**. Além disso, foi aprovada a **Lei Ordinária nº 4.889/2025**, que dispõe sobre a **reestruturação do Fórum Municipal de Educação**, incluindo alterações na composição dos segmentos que integram o colegiado.

8. Transformação Digital e Reconhecimento Externo

O projeto "**CME Digital: Transparência que Conecta, Participação que Transforma!**" trouxe visibilidade inédita ao órgão:

- **Portal e Redes Sociais:** Criação de um espaço próprio no site da prefeitura para divulgação de resoluções, atas e processos, além da atuação ativa em redes sociais para informar a comunidade. Disponibilizado em agosto/2025.
- **Premiações:** Como resultado dessa iniciativa, o CME de Tramandaí conquistou o **1º lugar no Prêmio Silvia Fanfa (Etapa Estadual)** e o **1º lugar Nacional** em experiências exitosas promovido pela UNCME Nacional, em Fortaleza.

9. Gestão Orçamentária e Logística

- **Previsão para 2026:** Foi solicitada a manutenção orçamentária de aproximadamente R\$ 20.000,00 para 2026, visando garantir diárias para conselheiros, formação e manutenção da sala.

9. Participação em Eventos e Mobilização Social

Participações em eventos, reuniões estratégicas e momentos de mobilização social que marcaram a atuação do colegiado em 2025:

- **Inauguração de Espaços Inclusivos:** Em 02 de setembro de 2025, o conselho prestigiou a inauguração da **Sala Multissensorial “Estação Amparo Vera Marques”** na EMEF Cândido Osório da Rosa, um marco para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.
- **Caminhada Cívica:** O colegiado participou da celebração dos **60 anos de emancipação política de Tramandaí**, reafirmando seu compromisso com a história e a cidadania local.
- **I Seminário de Conscientização da Surdez:** Realizado em 25 de setembro de 2025 na Câmara de Vereadores, o evento contou com o apoio do CME e debateu a identidade surda e a educação bilíngue.
- **Valorização Docente:** O CME integrou a Comissão da Educação para avaliar os currículos dos indicados ao título de **Professor Emérito de Tramandaí**, a convite do Legislativo.

10. Reuniões Estratégicas e Parcerias

A articulação intersetorial foi fundamental para alinhar ações pedagógicas e administrativas:



- **Participação em Redes de Apoio:** Presença ativa na **Rede de Apoio à Escola (RAE)**.
- **Alinhamento com SMED e ASEC:** Em agosto de 2025, o CME participou de reunião com a Secretaria de Educação e a Associação Educacional Comunitária (ASEC) para alinhar a atuação dos profissionais integrados às escolas via Termo de Colaboração.
- **Inserção de Jovens no Mercado:** Participação em reunião com o **Instituto João Bittar**, visando a capacitação de adolescentes de 14 a 23 anos para o mercado de trabalho.
- **Sessões Legislativas:** A presidência e secretário do CME acompanharam de perto a votação na Câmara de Vereadores que resultou na aprovação unânime da **Nova Lei Municipal do CME (Lei nº 117/2025)** e na **prorrogação do Plano Municipal de Educação (Lei nº 119/2025)**, ambas encaminhadas pelo CME ao Executivo.

11. Representação Regional e Nacional

O fortalecimento da atuação externa do CME de Tramandaí resultou em maior reconhecimento e atualização:

- **Reuniões Regionais dos CMEs da AMLINORTE:** participação ativa nos encontros realizados ao longo do ano.
- **VII Fórum de Presidentes dos CMEs:** presença no evento realizado em junho, no Rio de Janeiro/RS, contribuindo para o debate e a troca de experiências.
- **Premiações:** o CME de Tramandaí obteve destaque em duas instâncias de grande relevância, conquistando o **1º lugar no Prêmio Silvia Fanfa (Etapa Estadual/RS)** e o **1º lugar Nacional em Experiências Exitosas**, promovido pela UNCME Nacional, em Fortaleza. O trabalho premiado evidenciou a **implantação do site oficial do CME**, reconhecido como iniciativa inovadora e de excelência na gestão.

12. Articulação Regional

- **Sede da 1ª Reunião Regional da AMLINORTE:** No dia **21/02/2025**, o CME de Tramandaí atuou como anfitrião para os Conselhos Municipais de Educação integrantes da **AMLINORTE**, recebendo-os para a **abertura oficial do ano de trabalho e a realização da 1ª reunião regional**. Este evento foi fundamental para alinhar as pautas educacionais do Litoral Norte e fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas municipais de ensino. Ressalto que esta informação provém de nossos registros históricos de atividades e diálogos anteriores, complementando os documentos oficiais apresentados.

13. Atividade de Plenárias e Vistorias Técnicas

A rotina deliberativa e fiscalizadora foi mantida com rigor:

- **Plenárias Ordinárias:** Foram realizadas reuniões mensais para aprovação de notas técnicas, pareceres, resoluções, calendários escolares e demais documentos.
- **Vistorias de Certificação Renovações de Autorização:** Conclusão do processo de renovação de autorização de funcionamento de diversas instituições, como EEI



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Sesquinho, Balão Mágico, Florescer, e as unidades da AECF (Sementes do Amanhã, José da Silva Amaral, Cidade dos Sonhos, entre outras).

14. Alguns números:

Documentos Expedidos	Quantidade
Ofícios emitidos	182
Indicação	001
Nota Técnica	001
Pareceres	025
Recomendação	001
Resoluções (Emitidas)	004
Resoluções (Revisadas)	001
TOTAL	215

Realização e Participação em Reuniões e Eventos	Quantidade
Plenárias do Colegiado CMET	12
Reuniões Regionais	09
Reuniões com SMED	10
Reuniões com Executivo	07
Reuniões com Legislativo	02
Reuniões RAE	08
Reunião com EEI Privadas	04
Reunião com Comunidade	03
Eventos UNCME RS	07
Eventos UNCME Nacional	01
TOTAL	63

Atividades Externas	Quantidade
Diligências solicitadas pelo MP	34
Vistorias para Credenciamento / Autorização	01
Vistorias para Renovação Autorização Funcionamento	16
Visita Fiscalização Instituições não Credenciadas	01
Visitas às Escolas Municipais	00
Visitas às Escolas Privadas	00
TOTAL	52



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



15. Membros do Colegiado:

MEMBROS CME TRAMANDAÍ/RS
05/12/2025

Seg	Entidade	Nome do Representante
I	SMED	Amanda Caroline Simiani Fernandes
		José Fabrício Pires
II	Professores da Rede Municipal – Anos Iniciais	Cibele Furtado Motta Moura
		Stefânia Gross Ribeiro
III	Professores da Rede Municipal – Anos Finais	Marco Aurelio Dannenberg Roldão
IV	Professores de Educação Infantil Municipal	Lidiane da Silva
		Maria Celoi Francisco
V	Professores de Educação Infantil Rede Privada	Carulini Dariva
		Michelle Moraes Thiesen
VI	Professores Educação Especial	Ana Maria Jacinto Herzogues
		Juciani Teza dos Santos (APAE)
VII	APA - Associação Professores Aposentados	Susana Maria Chagas Mendes
		Maria Inez Malheiros
VIII	CPMs das Escola Municipais	Luiz Caetano Tassinari
		Analu Barros Becker
IX	Rede Estadual de Ensino	Letícia de Freitas Mentiacca
		Viviane Kohlrausch Castilhos
X	Ensino Superior	Angela Carine Moura Figueira
		Elisete Bernardi
XI	Supervisores Escolares	Susana Medeiros Cunha
		Katielen Ramos Biehl
XII	Associação de Bairro	Wagner Luiz Lucas Macedo
		Patrícia Eliete Lucas
XIII	Conselho Tutelar	Daniela Manganelli Fuchs da Silva
		Carmen Subirana Fortuna
XIV	Sindicato dos Professores de Tramandaí	Priscila da Silva Guilloux Bueno
		Fabiano da Silva Silveira

Tramandaí/RS, 12 de março de 2026.

Susana Medeiros Cunha

Presidente do CME Tramandaí
Portaria nº 1.368/2024

 E-mail: cme@educa.tramandai.rs.gov.br

 WhatsApp: (51) 98428-9938